

FMI: o Brasil não tem condições de fazer acordo.

O Fundo avisa que falta ao governo Sarney condições políticas para suportar um acordo clássico, o único que o organismo aceita fazer.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) mandou um recado ao governo brasileiro cujo teor será reafirmado durante conversas informais na reunião anual da entidade, a partir do dia 25, em Washington: não quer fazer um acordo com o Brasil nos moldes tradicionais. Isso porque, de acordo com avaliação do FMI, o governo brasileiro não tem internamente condições políticas de suportar um acordo com o Fundo, no estilo clássico, pois isso poderia implicar até mesmo a queda do presidente José Sarney, o que criaria sérios riscos de desestabilização para a democracia do País.

Dirigentes do FMI acham que a entidade tem obrigação de ajudar o Brasil e todos os países em desenvolvimento a superar a atual situação de crise financeira. No caso do Brasil, contudo, esta ajuda terá de ser concedida guardando-se um certo distanciamento, em vista da atual conjuntura política brasileira. O Fundo Monetário somente pode fazer com o Brasil um acordo clássico. Mas o atual governo brasileiro não tem condições políticas de sustentar um acordo desse tipo, segundo concluem dirigentes da entidade.

O modelo de acordo com o FMI idealizado pelo governo brasileiro, marcado principalmente pela fixação de metas atenuadas de controle do déficit público e por um sistema frouxo de monitoramento (acompanhamento sistemático do programa de ajustamento econômico do País), é considerado não-factível, pois traria graves riscos à imagem da entidade perante a comunidade financeira internacional. O único acordo possível seria o do tipo clássico, talvez com algumas atenuações. Mas este, decididamente, o Brasil não suporta no momento.

Dirigentes do FMI informaram ao representante do Brasil, Alexandre Kafka, que estão dispostos a prestar ajuda ao governo brasileiro no sentido de encontrar uma solução para a dívida externa do País, principalmente recomendando aos governos dos países desenvolvidos que apoiem o Brasil na sua negociação com os bancos privados. Acordo mesmo, contudo, não dá para fazer, e o governo brasileiro deve evitar propor isso formalmente, para não criar constrangimentos (e dificuldades) para as duas partes.

As informações sobre as posições do FMI foram reveladas ontem por uma autoridade da área econômica que vem mantendo contatos telefônicos com técnicos do Fundo. Segundo esta autoridade, as negociações da dívida externa brasileira com os bancos privados somente vão ficar concluídas dentro de dois ou três meses, "na melhor das hipóteses". Destaca ainda que os banqueiros têm grande interesse em fechar logo um acordo com o Brasil, concluindo que a ameaça de suspensão do pagamento dos juros da dívida de curto prazo não passa de um blefe. Como também não passa de blefe a ameaça dos banqueiros de suspender a renovação automática dessas linhas de crédito de curto prazo. Tudo isso — assinala — faz parte do jogo.

Bresser: o fim da moratória está próximo.

O ministro da Fazenda, Bresser Pereira, admitiu ontem, durante almoço com os ministros militares na Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI), em Brasília, que o fim da moratória pode estar próximo, ao comentar que o Brasil poderá fazer um acordo com os credores, ou pelo menos parte deles, durante sua viagem aos Estados Unidos, na próxima semana, para renegociar a dívida externa. Bresser disse ainda aos ministros militares que tem enfrentado muitas dificuldades para equacionar o problema da dívida.

À noite, em São Paulo, ao chegar ao palácio de Convenções do Parque Anhembi para ser patrono da formatura de duas turmas do curso de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, o ministro Bresser Pereira garantiu que a política salarial do governo não será alterada. No entender de Bresser, "o mais importante é preservar o salário dos trabalhadores". Mas o ministro nada falou em relação ao desequilíbrio entre os reajustes e a taxa de inflação. O ministro também não se mostrou preocupado com os dados divulgados pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) a respeito da queda do número de empregos no setor industrial. Segundo Bresser, a comparação dos dados de emprego em relação ao ano de 1986 apresenta, de fato, uma diferença, mas isto, segundo ele, não significa que o País esteja em recessão.

Bem-humorado, o ministro da Fazenda chegou às pressas, meia hora atrasado, ao Auditório Elis, onde foi realizada a formatura. Em rápida entrevista, confirmou que a reunião do Conselho Monetário Nacional foi antecipada de quinta para terça-feira, mas nada falou sobre a pauta a ser discutida. Sobre as negociações com os credores, Bresser afirmou que a proposta que o Brasil vai apresentar aos banqueiros para renegociar a dívida ainda não está pronta. Ao ser perguntado sobre o que vai fazer nos Estados Unidos, sorriu e respondeu: "Vou passear na Disneyworld".

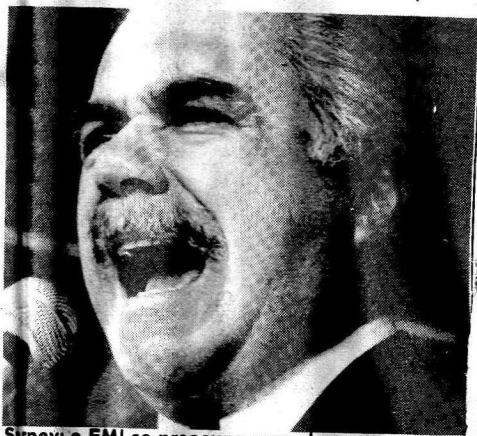
Contrariando interesses

Em Brasília, o ex-deputado paulista Ayrton Soares, assessor político do ministro da Fazenda, disse que "com o Bresser não tem mutreta", ao comentar os boatos de que o ministro estaria prestes a deixar o cargo. Segundo Soares, "o ministro está trombandando com interesses poderosíssimos", de banqueiros nacionais e internacionais, de empresários que querem flexibilizar os preços além do permitido ou que pretendem a instalação imediata das ZPE (Zonas de Processamento de Exportações).

"Ele está resistindo", disse Soares, garantindo que os boatos são obra de "quem quer jogar o País no caos", provocando o desgaste do ministro às vésperas da negociação da dívida externa, lembrando que com o ex-ministro Dílson Funaro fizeram o mesmo.



Bresser com Conable (no encontro de julho): agora, a esperança de um avaldo Bird.



Siney: o FMI se preocupa com ele.

Bird admite aval à proposta de Bresser

O presidente do Banco Mundial, Barber Conable, evitou assumir um compromisso, mas não descartou a possibilidade de dar garantias a títulos que o Brasil emita com base em metade de sua dívida externa, com desconto de até 35%, abrindo uma pequena esperança tardia ao plano que o ministro Bresser Pereira abandonou, após encontrar-se com o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker, há duas semanas, em Washington.

"Nós temos a intenção de atender às expectativas de nossos países-membros", disse Barber Conable, respondendo a uma pergunta, durante a apresentação do relatório anual do Banco Mundial. "Acreditamos que a maioria de nossos acionistas preferiria ver um grande aval como exceção, quaisquer garantias como exceção, porque elas utilizam o capital disponível para outros objetivos (...). No entanto, estamos sempre dispostos a considerar planos inovadores que injetem mais dinheiro novo no processo de desenvolvimento. Não temos expectativa imediata de (fornecermos) grandes garantias, mas examinaremos cada caso em particular."

A entrevista continuou, em outra direção. Mas três questões depois, um repórter insistiu, perguntando: "Quando o senhor disse que não havia expectativa imediata para um enorme aval estava pretendendo que entendêssemos que pode haver expectativa de alguma garantia do Banco Mundial?" Ai, ele respondeu:

"Acho que é sempre possível (dar garantias). Fizemos isso de tempos em tempos no passado, para concluir negócios (...), desde que não tivessem um impacto imediato em nosso capital, nem reduzissem nossa capacidade de fazer tipos convencionais de empréstimos. Nossos países-membros já demonstraram considerável resistência em envolver-se com significativos avais. Mas isto é algo que tem que ser considerado caso por caso, e não deveremos tomar medidas que indiquem um precedente a que todos pudessem recorrer, no futuro."

O repórter, Hobart Rowen, do *Washington Post*, continuou pressionando o presidente do Banco Mundial, dizendo-lhe, agora, que a pergunta inicial, feita pelo *Wall Street Journal*, se referia a garantias que seriam dadas a um novo tipo de títulos que aliviarão o problema crescente da dívida. Mais uma vez, Conable procurou escapar, sem assumir algum compromisso:

"Nós iremos sempre considerar a possibilidade de um uso criativo de garantias, mas não estamos a ponto de promover uma maciça mudança política, a menos que vejamos uma grande vantagem para o banco, e a menos que possamos obter apoio de nossos países-membros".

O plano de Bresser

O plano brasileiro de securitização da dívida foi explicitamente mencionado como um exemplo precursor. O repórter Bernard Wolfson, da *Knight Ridder Financial News*, qualificou de "controvertido" o plano do ministro Bresser Pereira, supondo que ele só tenha sido retirado das negociações "provisoriamente", pois outros países tendem a reabilitá-lo, na medida em que os próprios bancos continuem reconhecendo que a dívida não valha mais o seu valor real. Daí, a questão: os países devedores não devem partilhar de parte do deságio?

"Sim", respondeu Conable, "e a dificuldade, naturalmente, está em criar um esquema que permita que tais descontos sejam transferidos aos países devedores, e que este processo tenha continuidade, não seja um ato único (...). Nós estamos ansiosos por encorajar o desenvolvimento de mercados adicionais e de instrumentos inovadores".

A questão seguinte manteve aberta a discussão. Carl Hartman, da *Associated Press*, quis saber, então, se um país devedor pode se beneficiar da desvalorização de sua dívida no mercado. "Bem, penso que isto está sendo trabalhado", disse Conable. "Em alguns casos, isto está sendo conseguido, particularmente nos casos de conversão de dívida em investimento." E o Chile foi citado como exemplo, porque seu Banco Central permite converter em capital títulos da dívida descontados do valor real.

Conable ainda diria, respondendo a outras perguntas, que é "muito difícil fazer conversões de dívida em patrimônio numa quantidade significativa", a menos que haja realmente um bom investimento, acrescentando: "Não diria que isto não seja possível. É. Tomemos uma economia como a do Brasil. O Brasil tem uma economia de US\$ 250 bilhões. É um país de grandes recursos. Já demonstrou sua capacidade de crescer e dar uma volta por cima do seu passado. Alguma coisa pode ser trabalhada lá, mas isso requer, naturalmente, uma estrutura sofisticada, e leva-se tempo para criá-la".

Conable apresentou muito satisfeito o relatório anual do Banco Mundial. "Foi um ano bom", ele contou.

No ano fiscal iniciado no último mês de julho, e que se encerrará em 30 de junho de 1988, o Banco Mundial terá de US\$ 17 a 19 bilhões para empréstimos e créditos aos países em desenvolvimento. E Conable insistiu em que este dinheiro será também usado para ajudar os países endividados a superar suas dificuldades de pagamento da dívida, e a crescer.

Moisés Rabinovici, de Washington.

Banqueiro espanhol recomenda o perdão de parte da dívida

Quando alguém de boa vontade não pode pagar, a pior política é tomar-lhe tudo pela força. Quem defende esse ponto de vista é o presidente do Banco de Bilbao, José Angel Sanchez Asiatin. Para ele, é recomendável negociar, perdoar parte da dívida e ver como o devedor pagará o resto, sem perder um modo de vida digno. "Não se pode fazer com um país aquilo que nenhum banqueiro faria com seu cliente individual", disse, afirmando que os bancos europeus são mais favoráveis que os dos EUA a perdoarem a dívida.